



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2013

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 52/2012
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 25.000/2012
PROCESSO CLC – 282/2012
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos Sete dias do mês de fevereiro do ano de 2013, na PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, Sala da Coordenadoria de Licitações e Contratos, localizada no Edifício-sede, localizado na Rua Álvaro Mendes 2294, centro, CEP: 64000-060, Teresina-PI, 4º andar, sala 406, o Pregoeiro, nos termos das Leis nºs. 8.666/93, 10.520/2002, e dos Decretos Estaduais Nº 11.346/04 e Nº 11.319/04 e das demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Presencial, Edital de Licitação nº 52/2012, do resultado do julgamento da Proposta de Preço, publicada no Diário da Justiça do Estado do Piauí e homologada pela Procuradora-Geral de Justiça, à fl. ____ do processo acima referenciado, RESOLVE registrar os preços para contratação dos serviços de publicação de avisos e editais de licitação e outros afins, em jornal de grande circulação regional, em preto e branco, no Caderno Principal ou de Notícias em Geral, na modalidade Pregão Presencial, com vista ao Sistema de Registro de Preços, para atender ao Ministério Público do Estado do Piauí, conforme consta do anexo I deste instrumento, que passa a fazer parte desta, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada e declarada vencedora do certame, acima numerado, como segue:

FORNECEDOR REGISTRADO:

EMPRESA CLASSIFICADA: Gráfica e Editora do Povo LTDA, CNPJ: 23.523.004/0001-50

END: Av. Centenário nº 2100, B. Aeroporto CEP.: 64017-810

FONE: 2107-5000/5014 e-mail: anunciodiario@uol.com.br

A

Assinatura

Q



CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. SRP para eventual contratação dos serviços de publicação de avisos e editais de licitação e outros afins, em jornal de grande circulação regional, em preto e branco, no Caderno Principal ou de Notícias em Geral para atender ao Ministério Público do Estado do Piauí, conforme quantidades e especificações do Anexo I, do Edital de Licitação nº 52/2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE E DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

2.2. Durante a vigência desta Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.3. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

2.5 O preço registrado, depois de atualizado, não poderá ser superior ao praticado no mercado.

2.6. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Piauí para a devida alteração do valor registrado em Ata.

2.7. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Piauí não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

3.1 A licitante que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ou, ainda, ensejar o retardamento da execução ou inexecução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, à Administração caberá, após o devido

Aluísio

[Signature]

2

[Signature]



processo legal previsto no art 5º da Constituição Federal, aplicar aos concorrentes em questão as seguintes sanções, previstas no art. 7º, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93:

a) advertência;

b) multa:

As multas decorrentes da não execução do objeto (itens adjudicados) deste edital serão aplicadas da seguinte forma:

b.1) multa diária de 0,5% (meio por cento) do valor adjudicado, até o limite de 10 (dez) dias contados a partir da ocorrência do fato gerador;

b.2) ultrapassado o prazo acima mencionado, a licitante vencedora ficará sujeita, ainda, à multa de até 10% (dez por cento) do valor adjudicado, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

b.3) descumprimento de qualquer outra condição ajustada: 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor da Ata de SRP;

c) suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

d) declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Estadual enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base a subcondição anterior.

3.2 As sanções de multa podem ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de advertência, suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o Ministério Público do Estado do Piauí e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o Ministério Público do Estado do Piauí, descontando-a do pagamento a ser efetuado. O valor da multa, aplicado após o regular processo administrativo, poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à adjudicatária, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou cobrado judicialmente.

3.3 As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do subitem 3.1 poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa da alínea "b" do subitem 3.1.

3.4 As penalidades previstas neste capítulo obedecerão ao procedimento administrativo previsto na Lei 8.666/93.

3.5 Os recursos, quando da aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do subitem 3.1 poderão ser interpostos no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.

Almeida

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]



3.6 A sanção estabelecida na alínea “d” do subitem 3.1 é de competência exclusiva do Procurador-Geral de Justiça, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 dias, da intimação da decisão podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de sua aplicação.

CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA E DOS PREÇOS

- 4.1. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por órgãos usuários, desde que autorizados pela Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Piauí.
- 4.2. Os preços ofertados pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em Anexo, de acordo com a respectiva classificação no Edital de Licitação nº 52/2012 - modalidade Pregão Presencial.
- 4.3. Em cada prestação de serviço decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital de Licitação nº 52/2012 - modalidade Pregão Presencial, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
- 4.4. A cada prestação de serviço, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada no Pregão Presencial nº 52/2012, pela(s) empresa(s) detentora(s) da presente Ata, a qual também a integra.

CLÁUSULA QUINTA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 5.1. O serviço, objeto desta Ata, deverá ser prestado, pela empresa vencedora do processo licitatório, de acordo com a necessidade da contratante;
- 5.2. Os serviços serão executados mediante comunicação escrita (fax ou por endereço eletrônico) do Ministério Público do Piauí, enviada até as 13 h, à futura contratada, contendo a matéria a ser veiculada em jornal diário de grande circulação regional no dia seguinte designado na comunicação;

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

- 6.1. O pagamento do valor dos serviços prestados, quando inferior ao limite previsto no inc. II, do art. 24, da Lei 8.666/93, será efetuado pelo CONTRATANTE, até o décimo quinto dia útil, contado da apresentação da fatura, ou até o trigésimo dia, se superior àquele limite, observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei nº 8.666/93, após protocolização e aceitação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente atestado a prestação do serviço. Para fins de pagamento ainda será solicitada a apresentação das certidões negativas de débito relativas ao FGTS e INSS, Débitos

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]



Trabalhistas, situação fiscal tributária estadual e municipal da sede da empresa, sendo que as mesmas deverão sempre apresentar data de validade posterior à data de emissão das respectivas Notas Fiscais.

6.2 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal(is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

6.3 Se houver atraso após o prazo previsto, as faturas serão pagas acrescidas de juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, aplicados pro rata die da data do vencimento até o efetivo pagamento, desde que solicitado pela Empresa.

6.4 Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração de preços ou a compensação financeira.

6.5 A Procuradoria Geral de Justiça reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, o objeto não estiver de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.

6.6 O pagamento será feito por meio de depósito bancário em conta a ser indicada pelo contratado cuja ordem bancária dará quitação ao pagamento e, nos termos da lei, será debitado do valor devido ao MP-PI, referente a prestação de serviços ou fornecimento de produtos e demais contratações, os valores relativos aos tributos e contribuições sociais;

CLÁUSULA SÉTIMA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DO EMPENHO

7.1. As prestações do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, conforme a necessidade, pelo Procurador-Geral de Justiça do Estado do Piauí.

7.2. A emissão dos empenhos, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, serão igualmente autorizados pelo Procurador-Geral de Justiça do Estado do Piauí.

7.3. As solicitações para adesão à Ata de Registro de Preços serão autorizadas pelo Procurador-Geral de Justiça do Estado do Piauí.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. Integram esta Ata, o Edital de Licitação nº 52/2012, modalidade Pregão Presencial e seus anexos e a(s) proposta(s) da(s) empresa(s): **Gráfica e Editora do Povo LTDA**, CNPJ: 23.523.004/0001-50, classificada no certame supra numerado.

Sube

[Handwritten mark]

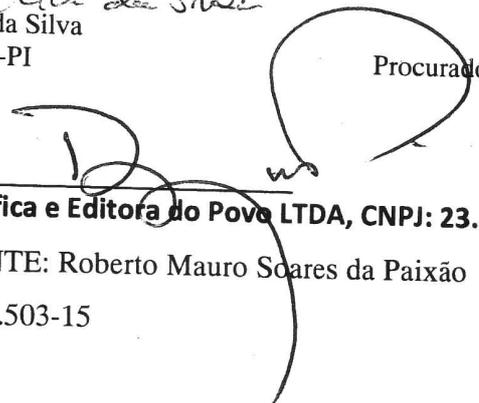
[Handwritten mark]

8.2. Fica eleito o foro de Teresina - PI para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina, 04 de fevereiro de 2013.


Afranio Oliveira da Silva
Pregoeiro do MP-PI


Alípio de Santana Ribeiro
Procurador-Geral de Justiça em exercício


NOME DA EMPRESA: **Gráfica e Editora do Povo LTDA, CNPJ: 23.523.004/0001-50**

NOME DO REPRESENTANTE: Roberto Mauro Soares da Paixão

RG: 1.109.889 CPF: 482.079.503-15





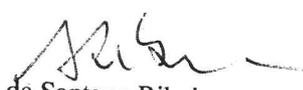
ANEXO I

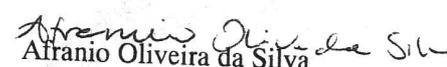
EMPRESA CLASSIFICADA
Gráfica e Editora do Povo LTDA
CNPJ: 23.523.004/0001-50

| Item | Especificação | Qde | Unidade | Valor unitário | Valor total |
|--|---|-------|---------------|----------------|---------------|
| 01 | Publicação de avisos de editais e outros em jornal de grande circulação no estado do Piauí, em preto e branco, no caderno principal ou de notícias em geral | 1.200 | Cm/02 colunas | R\$ 14,20 | R\$ 17.040,00 |
| VALOR TOTAL DA PROPOSTA R\$ 17.040,00 | | | | | |
| VALOR POR EXTENSO: dezessete mil e quarenta reais | | | | | |

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina, 07 de fevereiro de 2013.

duo, 07/02/2013


Alípio de Santana Ribeiro
Procurador-Geral de Justiça em exercício


Afranio Oliveira da Silva
Pregoeiro do MP-PI

NOME DA EMPRESA: **Gráfica e Editora do Povo LTDA, CNPJ: 23.523.004/0001-50**
NOME DO REPRESENTANTE: Roberto Mauro Soares da Paixão
RG: 1.109.889 CPF:482.079.503-15

9



referente ao exercício de 2011, fl. 02.

Apresentada a documentação pertinente (fls. 03/39), foi emitido Parecer Contábil à fl. 49, opinando pela regularidade da contabilidade da presente Fundação, recomendando-se a necessidade de recolhimento do INSS sobre serviços de terceiros pessoa física (instituidores).

À fl. 50, foi exarado o Parecer nº. 01/2013, concluindo pelo acolhimento do Parecer Contábil e aprovando o processo de prestação de contas do referido ente fundacional, contudo, a execução da recomendação solicitada pelo setor competente desta promotoria. Desse modo, foi emitido Atestado nº. 01/2013.

Assim sendo, e esgotado o objeto sob análise, determino o arquivamento do presente Procedimento Administrativo. Publique-se.

Teresina, 06 de Fevereiro de 2013.
JOSÉ REINALDO LEÃO COELHO, Promotor de Justiça,
25ª Promotoria de Justiça de Teresina.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 30/2012.

A PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ torna pública aos interessados a realização do Pregão Presencial nº 30/2012.
Objeto: SRP - Registro de preços pelo prazo de doze meses para eventual contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção, reforma e adequação predial, SOB DEMANDA,

conforme anexo I deste edital.

Total de Lotes Licitados: LOTE ÚNICO.

Edital Disponível: a partir de 08 de fevereiro de 2013 no site: www.mp.pi.gov.br, no link Coordenadoria de licitações e contratos - licitações - 2013. Poderá ser retirado também por meio de pendrive ou mídia óptica (CD).

Endereço: Rua Álvaro Mendes, 2294 - centro, CEP. 64.000-060, Teresina-PI, sala 406 - Coordenadoria de licitações e contratos. Fone 3216-4565/3216-4629.

Entrega das Propostas: até as 09h00min do dia 25 de fevereiro de 2013 (hora local).

Abertura das Propostas: 25 de fevereiro de 2013, às 09h00min. (hora local)

Data: Teresina, 07 de fevereiro de 2013.

Pregoeiro: Afranio Oliveira da Silva.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

RESULTADO DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Pregoeiro do MP-PI, Afranio Oliveira da Silva, devidamente designado por meio da Portaria nº 115/2013 de 21 de janeiro de 2013, pela Exma.Sra. Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Piauí, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado final do julgamento e classificação da Licitação, na Modalidade Pregão presencial, tendo a sessão sido iniciada dia 22/01/2013, sendo remarçada para o dia 30 de janeiro de 2013, às 9:00h, em que foi concluída nesta data.

OBJETO: Registro de preço pelo prazo de 12(doze) meses, para eventual contratação de empresa para prestação de serviços de publicação de avisos de editais e outros, em preto e branco, em jornal de grande circulação no Estado do Piauí, conforme especificação no Termo de Referência (anexo I) do Edital do Pregão presencial 52/2012 do MP-PI.

| EMPRESA CLASSIFICADA | | | | | |
|--|---|-------|---------------|----------------|---------------|
| Gráfica e Editora do Povo LTDA | | | | | |
| CNPJ: 23.523.004/0001-50 | | | | | |
| Item | Especificação | Qde | Unidade | Valor unitário | Valor total |
| 01 | Publicação de avisos de editais e outros em jornal de grande circulação no estado do Piauí, em preto e branco, no caderno principal ou de notícias em geral | 1.200 | Cm/02 colunas | R\$ 14,20 | R\$ 17.040,00 |
| VALOR TOTAL DA PROPOSTA R\$ 17.040,00 | | | | | |
| VALOR POR EXTENSO: dezessete mil e quarenta reais | | | | | |

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, TERESINA, 06 DE FEVEREIRO DE 2013.
Afranio Oliveira da Silva, Pregoeiro do Ministério Público-PI

HOMOLOGAÇÃO

Conhecido o resultado do julgamento e classificação do processo licitatório Pregão Presencial nº 52/2012 que tem como objeto o Registro de Preços pelo prazo de 12(doze) meses, para eventual contratação de empresa para prestação de serviços de publicação de avisos de editais e outros, em preto e branco, em jornal de grande circulação no Estado do Piauí, conforme especificação no Termo de Referência (anexo I) do Edital supracitado, e tabela abaixo, e atendendo a sua tramitação e Legislação pertinente, HOMOLOGOa presente Licitação.

Tabela

| EMPRESA CLASSIFICADA | | | | | |
|--|---|-------|---------------|----------------|---------------|
| Gráfica e Editora do Povo LTDA | | | | | |
| CNPJ: 23.523.004/0001-50 | | | | | |
| Item | Especificação | Qde | Unidade | Valor unitário | Valor total |
| 01 | Publicação de avisos de editais e outros em jornal de grande circulação no estado do Piauí, em preto e branco, no caderno principal ou de notícias em geral | 1.200 | Cm/02 colunas | R\$ 14,20 | R\$ 17.040,00 |
| VALOR TOTAL DA PROPOSTA R\$ 17.040,00 | | | | | |
| VALOR POR EXTENSO: dezessete mil e quarenta reais | | | | | |

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, TERESINA, 07 DE FEVEREIRO DE 2013.
Dr. Alípio de Santana Ribeiro, Procurador-Geral de Justiça em exercício

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2013
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PARCIAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 25.000/2012
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2012

OBJETO: SRP - registro de preços, pelo prazo de doze meses, para eventual contratação do serviço de publicação de avisos de editais e outros, em jornal de grande circulação no Estado do Piauí, em preto e branco, no caderno principal ou de notícias em geral, nas quantidades e características conforme especificação no Termo de Referência (anexo I) do Edital do Pregão presencial 52/2012 do MP-PI, e anexo I deste extrato da Ata abaixo.

DATA DA SESSÃO DE ABERTURA: 30/01/2013.

HORÁRIO: 9:00 horas

DATA DA ADJUDICAÇÃO: 30/01/2013

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 07/02/2013

PREGOEIRO: Afranio Oliveira da Silva

COORDENADOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS: Marcos Roberto Barradas Medeiros.

ANEXO I

| EMPRESA CLASSIFICADA: Gráfica e Editora do Povo LTDA | | | | | |
|--|--|-------|---------------|----------------|--|
| CNPJ: 23.523.004/0001-50 - Fone: 2107 - 5000/fax 2107 - 5004 | | | | | |
| Item | Especificação | Qde | Unidade | Valor unitário | |
| 01 | Publicação de avisos de editais e outros em jornal de grande circulação no estado do Piauí, em preto e branco, no caderno principal ou de notícias em geral. Jornal Diário do Povo. | 1.200 | Cm/02 colunas | R\$ 14,20 | |

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina 07 de fevereiro de 2013.
Dr. Alípio de Santana Ribeiro, Procurador-Geral de Justiça em exercício